

Ata da Audiência Pública para tratar do saneamento básico e abastecimento de água nas comunidades quilombolas de Vitória da Conquista

No dia 21 de Novembro de 2022, às 13 horas, a Ouvidora Adjunta, Zenilda Natividade, apresentou o edital de convocação da Audiência Pública. Em seguida, o presidente da mesa, Defensor Regional de direitos humanos da Defensoria Pública da União, Vladimir Correia apresentou os motivos da audiência pública, a organização da audiência e a composição da mesa.

Composição da mesa: o Coordenador da 2ª Defensoria Pública Regional de Vitória da Conquista, o defensor público José Raimundo Passos Campos e a assistente social do NAP da regional, Deborah Santana; a Ouvidora-adjunta Zenilda Natividade dos Santos; o Gerente Regional da Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia - CERB, Luis Alberto Sellmann Moreira; o Gerente Regional da EMBASA, Manoel Marques, acompanhado pelo servidor Mauri de Castro; o Coordenador de Promoção de Igualdade Racial do Município, Ricardo Alves de Oliveira; o Superintendente de Saneamento, Juvenal Maynard, junto com o técnico José Moreira Filho representando a Secretaria de Infraestrutura, Hídrica e Saneamento - SIHS; o Servidor Maico Camerino representando Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA; pela Secretaria de Infraestrutura de Vitória da Conquista, a gerente de infraestrutura viária Manuela Cruzes de Andrade; pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, o secretário Luiz Paulo Souza Santos; a representante da Comissão de Igualdade Racial da OAB da seccional de Vitória da Conquista, Dra. Maria Aparecida; a representante da Defesa Civil do município, Rosângela Freitas; a coordenadora de abastecimento de Vitória da Conquista, Joana Darc; os vereadores Alexandre Xandó, Luciano Gomes e sub Tenente Muniz; o representante das comunidades quilombolas; representando as comunidades quilombolas, o presidente do Conselho Quilombola, Domingos Lemos.

Registraram-se as presenças de Jozimar Antonio Basoni, Coordenador do Colegiado do Território Sudoeste Baiano; de Lucimeire Passos, membro do Grupo Operativo da Ouvidoria Cidadã da DPE/BA por Vitória da Conquista e parte da comissão organizadora do evento; de Luis Alberto, ex-deputado federal e militante do movimento negro e dos defensores públicos da 2ª Regional da DPE/BA, Robson Vieira Santos e Ewerton Santos Freitas.

Em seguida, o Coordenador da 2ª Defensoria Pública Regional de Vitória da Conquista, o defensor público José Raimundo Passos Campos fez fala breve informando a necessidade das comunidades se manifestarem e falando do diagnóstico apresentado pela assistente social, Deborah Santana, no turno da manhã. Agradeceu as presenças.

A seguir, abriu-se para manifestação das comunidades:

Comunidade de Baixa Seca, representada pela senhora Patrícia: se apresentou e agradeceu, após, iniciou a falar das problemáticas enfrentadas pela comunidade Baixa

FEITO POR:
Patrícia Polina
21/03/2023 HS: 11.49
Gabinete Civil



OUVIDORIA
CIDADÃ

DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA



Defensoria Pública
BAHIA

Seca; relatou que a comunidade tem problemas com água, mas não tão sérios quanto outras comunidades; informou que há um poço artesiano na comunidade, mas que a água dele não serve para consumo humano, mas para outras atividades do dia-a-dia; que só possuem uma caixa na comunidade e que não é suficiente; informou que precisam de mais poços artesianos e mais caixas; informou que o carro pipa abastece a comunidade, mas demora; que quando solicitam carro pipa, há uma carência de 15 dias e não é possível esperar esse tempo; informou que acredita que o ideal seria o abastecimento de 8 em 8 dias na parte alta da comunidade e de 15 em 15 na parte central, onde há água salobra do poço; abordou ainda que o carro pipa que faz o abastecimento não tem o selo da EMBASA, que não sabem a qualidade da água que vem nesse carro e se esse carro pipa é adequado para o transporte da água; abordou a falta de operador de manutenção, cujo tem sido feito por um voluntário da própria comunidade, mas é um trabalho difícil. Abordou ainda problemas de acesso à saúde, informando que não há posto de saúde na comunidade, que são poucas vagas para atendimento médico; tratou também de problemas relacionados ao acesso à educação e à condição das estradas. Solicitou ainda ajuda e apoio para agricultura familiar.

Comunidade Lamarão, representada pela senhora Maria Edina, vice-presidente da Associação: relatou como funciona o abastecimento de água na comunidade, informou que foi construída cisterna, mas que ela não dá vazão; informou que há abastecimento por carro-pipa mas apenas para emergência; falou ainda que está sendo construído poço artesiano pelas CERB na comunidade, contudo foi informado que só serão 20 L por morador e água não será encanada; informou que sabe de licitação para construção de posto de saúde na própria comunidade, contudo o posto não foi feito ainda; que precisam utilizar o posto de outra localidade, Veredinha, a 16 km e sem vagas suficientes; informou que não há transporte para as escolas; solicitou também que houvesse escola na própria comunidade para as crianças menores; informou que as estradas precisam de limpeza.

Comunidade de Laranjeira, representada pela senhora Suelina Moreira: relatou que há abastecimento de água na comunidade de Laranjeira, razão pela qual preferiu tratar da questão das estradas e da educação; relatou que a escola não foi fechada mas precisa de reforma, que quando chove, a escola alaga; além disso, informou problemas relacionados ao posto de saúde; apresentou também a demanda de construção de uma sede comunitária.

Comunidade Oiteiro, representada pelo senhor Denilson: informou que representa todo território de Maria Clemência, o qual abrange 7 comunidades. Informou que a comunidade dele, que é central, tem abastecimento de água pela Embasa, mas a situação em outras comunidades do território é crítica. Reconheceu o trabalho de Joana Darc, que faz o que pode com uma quantidade de água que não é suficiente para todas as famílias e comunidades. Tratou também das questões envolvendo as dificuldades de acesso à saúde, relatou que a própria comunidade fez a reforma do posto de saúde, mas continua fechado e mulheres grávidas e idosos precisam andar muitos quilômetros para ter atendimento. Perguntou para o vereador, o que eles têm de planejamento para contornar a seca.

Dr. Vladimir sugeriu como encaminhamento a realização de nova audiência pública para tratar das questões de saúde e educação em outro momento. Dr. José Raimundo ressaltou que já haviam sido identificadas as questões de saúde, mas optou-se por um recorte, que será apenas um primeiro passo num trabalho que irá continuar entre as comunidades e a defensoria pública do estado.

Comunidade Alto da Cabeceira, representada pela senhora Sueli: informou que no Alto da Cabeceira há um manancial que está sendo ameaçado pelos próprios moradores; que o manancial está sendo poluído; que pessoas fazem necessidades no manancial e que isso está difundido doenças na comunidade; que esgoto sanitário é despejado no local; que o manancial está sendo aterrado para construção de casas; destacou como outra demanda de urgência a falta de sede para a Associação da comunidade, informando que foi feita solicitação para Prefeitura para doação de um terreno da Prefeitura para a comunidade, e que já foram feitos Contatos com representantes do município, mas não houve retorno; informou que no Posto de Saúde não há médico e os moradores precisam se deslocar até Conquista.

Comunidade Batalha, representada pela senhora Maria Joana Gomes Pereira: fez pedido de socorro informando que a comunidade só têm água quando chove e que a água que é levada não é suficiente para as famílias; tratou também da questão das estradas, que quando chove as crianças não podem ir para a escola; abordou também uma questão relacionada à distribuição de gás que não atendeu a comunidade; informou que a saúde também é precária na comunidade.

Comunidade Boqueirão, representada pelo senhor Isaurino: abordou a necessidade de ronda constante da Polícia Militar na comunidade; acerca da água, informou que a distribuição é feita pela defesa civil e exército, mas a quantidade de água não é suficiente; informou que o posto de saúde está em condições precárias e não há água no posto de saúde, que os agentes carregam água do açude para o posto; que só há atendimento médico uma vez por mês; informou necessidade de reserva de uma cota quilombola no sistema de saúde municipal. Por fim, abordou que o território da comunidade está sendo solicitado pelo município de Anagé, ao que a comunidade se opõe.

Comunidade Cachoeira dos Porcos, representada pela senhora Lucineia Souza Fernandes: informou que chegou o período de chuvas e há uma barragem que não foi limpa; que os postes não tem luz; problema nas estradas; que há seis anos não tem agentes de saúde e atendimento médico só é realizado graças a trabalho voluntário de Vitória; informou que ocorreu audiência pública na Prefeitura para tratar da água; pediu sensibilidade dos representantes públicos; informou que a água está a 6 km do povoado de Cachoeira dos Porcos, no distrito de Iguá, e não chega até a comunidade; abordou o direito humano à água, a ofensa aos direitos dos moradores de comunidades; informou que única solução para a questão é abastecimento de água nas comunidades é abastecimento pela



OUVIDORIA
CIDADÃ

DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA



Defensoria Pública
BAHIA

Embasa, pois na região não há água; ressaltou que não são os culpados pela falta de água, mas vítimas.

Comunidade Furadinho, representada pela senhora Daniela: ressaltou a importância do reconhecimento de que Vitória da Conquista tem comunidades quilombolas, o que é apagado no município. Relatou falta de água na comunidade, informando que abastecimento é feito por carros pipa; que inclusive a água das escolas é levada na cabeça e o que mesmo se repete no serviço de saúde, que funciona na Igreja; informou que foram feitas várias tentativas de contato na câmara, mas que não vêem resultados.

Comunidade Lagoa de Maria Clemência, representada pelo senhor Luiz: tratou da questão da saúde, que é deficitária; abordou o fechamento de escolas; abordou que foram iniciadas construções pela Caixa, para programa habitacional, mas que projeto foi abandonado e casas foram abandonadas.

Comunidade Lagoa do Arroz, representada pela senhora Leolina: questionou a Embasa porque não está sendo cumprindo contrato que prevê o abastecimento de água; tratou também da questão do lixo na comunidade, que não é descartado corretamente; abordou também há ausência de água tratada; relatou que é professora e muitos alunos faltam à aula porque não há água para tomar banho e lavar roupa. Solicitou retomada do projeto Minha Casa, Minha Vida Rural. Abordou também a questão da necessidade do turno integral. Tratou também da falta de iluminação nas comunidades. Falou que foram feitas tentativas de construção de poço artesiano na comunidade, mas que a água não se mostrou adequada para consumo humano. Por fim, tratou da falta de acesso à saúde odontológica.

Comunidade Lagoa dos Patos, representada pela senhora Maria Aparecida: relatou que não o que se comemorar nesse momento, que até 2015 a Prefeitura de Vitória da Conquista não tinha sequer conhecimento do número de famílias quilombolas no município, que apenas acessaram esse dado através do conselho quilombola em 2015, quando da distribuição de cestas básicas fornecidas pela Fundação Palmares; informou que na comunidade dela foi garantido o abastecimento de água, mas que algumas famílias (10) continuam sem o abastecimento. Também abordou problemas nas estradas, relatando acidente ocorrido na estrada de José Rodrigues.

Comunidade Manoel Antônio, representada pelo senhor João de Jesus Santos: relatou que a prioridade é a água, mas indicou também outra situação prioritária, envolvendo família que perdeu a casa em 2021 e está desde então alocada na escola; envolveu também situação envolvendo idosa que mora em local distante da comunidade, sem acesso à transporte e abastecimento de água. Também relatou problemáticas envolvendo estradas.

Comunidade Muritiba, representada pela senhora Rosana: principal dificuldade é falta de água, mas abordou a problemática das estradas, de acesso à saúde e falta de



OUVIDORIA
CIDADÃ
DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA



segurança pública. Relatou que são mais de 50 famílias vivendo apenas com 4 caminhões pipa disponibilizados pelo exército. Relatou que as estradas ficam intransitáveis e que no período de chuvas, o rio fica cheio e impede também acesso, destacando dificuldade dos estudantes acessarem a escola; relatou que comunidade não tem posto de saúde, que precisam se deslocar para sede do distrito de Pradoso; que raramente veem a ronda rural.

Comunidade Poço de Aninha, representada pela senhora Sirleide Ferreira: falta de agente de saúde; necessidade de conserto de estradas; que fornecimento de água é feito por caminhão pipa e quantidade não é suficiente; falta de transporte escolar até as comunidades; falta de iluminação pública; falta de transporte para Conquista; problemáticas na escola.

Comunidade Quatis dos Fernandes, representada pelo senhor Vailson: abordou a água, a agricultura e permanência dos quilombolas em suas comunidades; abordou a evasão dos jovens das comunidades; relatou que a falta de água impede que os quilombolas deem continuidade seus modos tradicionais de produção, como agricultura e criação de animais; que os jovens precisam sair das comunidades para trabalhar de carteira assinada. Relatou a falta de posto de saúde, que os atendimentos ocorrem numa escola, que essa escola também precisa de reforma.

Comunidade Riacho de Teófilo, representada pela senhora Fernanda: relatou que na realidade é da Fazenda Mocó, na região da Maria Clemência. Dirigiu sua fala ao representante da Embasa, falando que há algum tempo atrás foi feito o abastecimento pela Embasa, sendo que o abastecimento não chegou até as casas da região onde ela vive, que dependem de carro pipa e fornecimento é insuficiente. Também pontuou a questão da saúde e falta de posto de saúde na sua comunidade, relatou que está grávida e precisa se deslocar até locais distantes para fazer o pré-natal, que há postos em locais mais próximos, mas estão abandonados.

Comunidade São Joaquim de Paulo, representada pela senhora Luciene: relatou que, diante dos relatos, sente que são tratados como “bichos do mato”. Acerca da água, dirigiu sua fala para Acerb. Relatou que foi feito encanamento, tanque, e que o abastecimento de água não chegou. Relatou que o abastecimento por caminhão pipa não é suficiente. Relatou que em localidades próximas a São Joaquim, há abastecimento; que na comunidade são cerca de 150 famílias que vivem sem água. Abordou também questão de atendimentos da Defensoria, que população das comunidades rurais têm mais dificuldade de conseguir horários para atendimento, que poderia ser reservado um dia ostra atendimento das comunidades quilombolas. Abordou também que o território da comunidade está sendo loteado e vendido e que estão sendo feitas construções muito próximas a estrada, que já procurou a Prefeitura e nada foi feito.

Comunidade São Joaquim do Sertão, representada pela senhora Sueli Moreira: abordou a falta de água na comunidade, relatando que o abastecimento de água se dá por



OUVIDORIA
CIDADÃ
DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA



meio de caminhão pipa e não é suficiente. Abordou também as poucas vagas para atendimento médico no posto de saúde. Abordou também a problemática envolvendo a estrada principal de acesso à comunidade.

Comunidade Tábua, representada pela senhora Maria Rodrigues: informou que não têm água, que os postes não tem luz, que há crianças com deficiência e que não há estrada para que essas crianças sejam transportadas. Relatou que a cada ano é distribuída água em quantidade insuficiente; que não há transporte e comunidade vive isolada. Relatou que são 10 famílias na comunidade. Relatou que há postos de saúde construídos na proximidade, mas que não há médicos.

Comunidade Velame, representada pela senhora Lúcio: relatou acerca da água que foi feito um poço, que a tampa do poço foi levada pelo vento, que tentaram com a Prefeitura o conserto que não foi garantido; que diante da falta de proteção no poço, a água acaba sendo poluída e que os canos também estão sendo poluídos. Abordou também a questão da demarcação do território pelo Incra. Fez fala retomando a escravidão.

Comunidade Cachoeira das Araras, representada pela senhora Jesuína: abordou a questão de uma pequena quilometragem que falta para concluir um perímetro de abastecimento de água, cerca de 6 km; relatou que muitas vezes precisam optar entre usar a água para beber ou comer; abordou também a necessidade de reforma da estrada; requereu a construção de posto de saúde na comunidade e a contratação de equipe de saúde.

Comunidade Baixão, representada por Ivanildes: falou em nome de todas as comunidades que compõem a associação do quilombo do Baixão, relatando dificuldades de transporte e acesso para idosos; falta de iluminação pública; locais em que há água encantada mas a água não chega. Relatou episódio pessoal envolvendo contagem de água equivocada, que a população não tem condição de pagar as cobranças em valores exorbitantes que têm chegado. Relatou problemáticas envolvendo também atendimentos de saúde e educação. Pontuou a ausência da prefeita na audiência. Falou dos boatos sobre fechamento das escolas, que já foram fechadas duas escolas e é necessária a abertura de mais escolas e vagas.

Comunidade Corta Lote, representada pela senhora Iraci: agradeceu e cumprimentou. Falou sobre a questão da água, que há posto que abastece várias comunidades da região. Relatou que foi informada que será fechado o poço artesiano da região, que há problema estrutural no poço e que água aparenta estar poluída. Relatou que acredita que o ideal é o fornecimento de água pela Embasa, pois quando dependem da perfuração pela CERB, o problema acaba se repetindo.

Comunidade Barrocas, representada pela senhora Jamile: relatou que há fornecimento pela Embasa na comunidade, mas falta Extensão de rede para algumas famílias; relatou



OUVIDORIA
CIDADÃ

DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA



Defensoria Pública
BAHIA

que também é necessária a instalação de cisternas para captação de água da chuva em mais casas. Falou também de problemáticas relacionadas à educação.

A seguir, as falas retornaram para a mesa:

Domingos, representante das comunidades: fez referência às comunidades de Barreiro do Rio Pardo e Cachoeira do Rio Pardo, as mais distantes da sede, que não puderam estar presentes. Apresentou o Conselho e suas atribuições, pediu que as comunidades continuem se organizando em associações. Abordou a contribuição do conselho no período da pandemia. Abordou a necessidade de plano municipal e estadual de saúde e educação quilombola. Relatou que carros-pipa não solucionam a questão do abastecimento de água nas comunidades de maneira efetiva, que precisa ser feita rede de abastecimento permanente das comunidades.

Representante da Defesa Civil, Rosângela Freitas: relatou que a questão da água é um problema da zona rural como um todo; apontou que a pouca representação de representantes da Câmara Municipal; pontuou a necessidade de debater a questão da água e a necessidade de respostas do Município, Estado e União. Relatou que está na defesa civil desde 2006 e que essa questão da água vem sendo enfrentada desde então. Abordou a “Operação Pipa”, problematizando a falta de uma política que resolva de modo permanente a questão do abastecimento de água no nordeste. Relatou que município não consegue sem Estado e União garantir abastecimento. Relatou que de 38 hoje só tem 16 carros-pipa. Relatou as competências da Defesa Civil, que deve atuar em caso de urgência. Relatou que a defesa civil está criando o núcleo de defesa civil nas localidades, relatando que serão os intermediários da defesa civil nas comunidades.

Gerente regional da Embasa, senhor Manoel Marques: cumprimentou a mesa e pontuou a importância do evento; fez sua fala a partir da apresentação de slides. Iniciou a fala explicando em que consiste SANEAMENTO BÁSICO, objeto da audiência pública: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, de responsabilidade da EMBASA, e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, de responsabilidade da Prefeitura, conforme lei Lei 11.445/07. Relatou que há contrato firmado entre prefeitura e Embasa para embasa garantir abastecimento de água e serviço de esgotamento no município. Mostrou a área de cobertura e área de expansão, tanto das redes de abastecimento, quanto da rede esgotamento. Informou que dos 11 distritos, atendem com abastecimento de água 8 distritos, excluindo Inhobim, Cabeceira da Jiboia e Cercadinha; quanto ao esgotamento, atendem a sede e José Gonçalves. Mostrou via imagem área do contrato que o serviço ainda está em expansão. Apresentou algumas atividades que têm sido realizadas pela Embasa nas comunidades quilombolas do município, através do núcleo social, inclusive trabalho de distribuição de mudas que ocorreu durante a audiência. Em seguida, abordou um pouco do novo marco do saneamento legal, informando que o plano de expansão da EMBASA segue esse marco normativo. Apresentou o volume de investimento da EMBASA no município. Informou que há projeto em elaboração para



OUVIDORIA
CIDADÃ

DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA



Defensoria Pública
BAHIA

abastecimento dos três distritos que ainda não são entendidos; e para esgotamento em diversos distritos ainda não atendidos. Relatou que Vitória da Conquista é a terceira cidade mais bem saneada do país, a melhor do norte e nordeste. Informou o canal de atendimento para tratar das questões relacionadas às cobranças inadequadas.

A Plenária se manifestou no sentido de que não viram, na apresentação, quando serão contempladas as comunidades rurais. O Gerente retornou informando que está sendo cumprido o contrato.

Representante da CERB, senhor Luís Alberto: relatou que o abastecimento de água nas comunidades rurais é uma das atribuições da CERB; relatou que governo do estado prioriza o abastecimento das comunidades tradicionais; abordou o funcionamento das obras em saneamento solicitadas à Cerb, esclarecendo como se dá o fluxo desde o pedido até a realização da obra de construção dos poços artesianos: pedido, visita à comunidade, análise geológica, perfuração do poço, análise da condição do poço e habilitação do poço, projeto e licitação para execução da obra. Informou algumas obras que têm sido feitas no município. Separou 5 casos dentre os relatos dos moradores: 1) Poço de Aninha: informou que foi feito novo poço e será feita licitação para execução da obra; 2) Joaquim de Paulo: informou que obra está implantada, pendente licenciamento do Inema e extensão de rede da Coelba para a construção do poço e informou poço irá atender as três comunidades da região; 3) Comunidade do Velame: se responsabilizou a garantir a tampa do poço, mas ressaltou que após a construção a gestão do sistema passa a ser da Prefeitura; 4) cachoeira das porcos: informou que foi instalado poço em rancho alegre para atender Cachoeira dos Porcos, mas a vazão não foi suficiente para atender as duas comunidades; 5) Corta Lote: relatou que será feita nova perfuração para novo poço. Sugeriu como encaminhamento o levantamento de todas as comunidades e uma reunião na CERB, com indicação de localidades prioritárias.

Superintendente de saneamento da SIHS, sr. Juvenal Maynart: esclareceu suas atribuições e a responsabilidade da secretaria no tocante às políticas públicas na área; abordou que a secretaria tem o compromisso firmado com o governo eleito de reformulação da política de saneamento básico das comunidades rurais.

Secretário municipal de Desenvolvimento Rural: fez fala breve tratando da Secretaria, em seguida, passou a fala para a coordenadora de abastecimento, que integra a secretaria e está mais próxima à temática do abastecimento de água.

Coordenadora de abastecimento do município, Joana Darc: abordou a distribuição por meio de carros pipa pela Secretaria de Desenvolvimento rural; que sabe que é uma solução atrasada; que região é seca; que município não têm água; que também são poucos os carros pipa; esclareceu como a Coordenação tenta solucionar essas questões, garantido o abastecimento.



OUVIDORIA
CIDADÃ
DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA



Maicon Camerino, fiscal da AGERSA: relatou atribuições da AGERSA e quais seriam as responsabilidades diante daquilo que foi relatado. Relatou que após a verificação do contrato, AGERSA pode cobrar da Embasa o cumprimento do contrato.

Manuela Cruzes, representante da Seinfra de Vitória da Conquista: relatou que há atribuição da Seinfra no que se refere à condição das estradas e dos poços, informando que irá levar relatos ao secretário.

Ricardo Alves, coordenador de igualdade racial de Vitória da Conquista: relatou que assumiu hoje a coordenação; que muitas das situações relatadas são abordadas no conselho municipal; que assumiu tendo sido sinalizado sobre a centralidade da questão das comunidades quilombolas; que algumas medidas, na área da saúde, estão sendo encaminhado, como cotas de exames para quilombolas; pediu que as comunidades ocupem a coordenação; se comprometeu a visitar todas as comunidades quilombolas. Acerca da falta de água, relatou que irão, juntos, cobrar, mas que foram prometidas barragens na região, o que não se cumpriu.

Alexandre Xandó, vereador de Vitória da Conquista: saldou a Defensoria Pública; falou que direito a água está imbricado no direito à educação e à saúde, e a todos os direitos, como ficou evidente nas falas das comunidades; relatou que comunidade quilombola tem direito à atenção prioritária em todas as políticas públicas, assim, a política de abastecimento de água tem que ser prioritária para as comunidades quilombolas; informou que pela apresentação da Embasa, restou claro que não há um plano especial de abastecimento para as comunidades quilombolas, que o plano está centrando nas sedes dos distritos; relatou que é necessário plano específico para as comunidades; que não há tratamento de lixo nas comunidades o que também afeta o acesso à água, uma vez que os poços artesanais acabam sendo poluídos; que Bolsonaro praticamente acabou com o programa de cisternas de captação de água da chuva; relatou que é necessário investimento nas tecnologias de convivência com o semiárido; que prefeitura não tem feito concurso para agente de saúde, que só faz seleção para atuação durante poucos meses; que o cursinho quilombola foi abandonado; abordou fundo que a Prefeitura recebe da Embasa e que a Prefeitura precisa expor o que tem sido feito com esse dinheiro; lamentou a ausência de representante do gabinete da Prefeitura.

Vereador Subtenente Muniz: abordou que deveria ter sido garantido transporte para as comunidades; abordou que todas as audiências realizadas na Câmara são encaminhadas; elogiou o trabalho de Joana D'arc; que a solução do problema da água está do lado, que é a construção da barragem do Rio Pardo, mas que a barragem não foi construída.

Vereador Luciano Gomes: cumprimentou os presentes, relatou que há orçamento para o próximo ano de um bilhão 537 milhões de reais; que tem dedicado todos os mandatos a levar água para a zona rural; que foi criado fundo para políticas de abastecimento de água na zona rural.



**OUVIDORIA
CIDADÃ**

DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA



**Defensoria Pública
BAHIA**

O presidente da mesa fez os cumprimentos finais.

O defensor coordenador da 2ª regional de Vitória da Conquista também fez cumprimentos finais, comprometendo-se a dar continuidade ao trabalho da DPE/BA e DPU junto às comunidades quilombolas de Vitória da Conquista.

A Ouvidora adjunta, Zenilda Natividade, também fez uma fala agradecendo e firmando o compromisso da Ouvidoria cidadã junto a sociedade civil.

Encaminhamentos:

- 1) Fazer levantamento detalhado de como funciona o abastecimento de água em cada comunidade e quem é o responsável (município ou Embasa)
- 2) Oficiar os responsáveis (Embasa ou Município) acerca das situações relatadas por cada comunidade para acompanhamento, caso a caso, das medidas que estão sendo tomadas.
- 3) Reunião com a CERB e comunidades para apresentação das obras em curso.
- 4) Construção de outros espaços para tratar das demandas relacionadas à saúde e educação.
- 5) Oficiar SEINFRA quanto à condição das estradas.